



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	22035/2024
Data do Início	23/09/2024
Folha	13
Rubrica	

Maricá, 27 de setembro de 2024

Processo nº 22035/2024

Trata-se de impugnação procedida em relação ao edital de pregão presencial nº 14/2024, sendo alegadas matérias atinentes à expertise da Secretaria Requisitante.

Nesta ocasião, o feito fora submetido a esta Especializada para emissão de parecer no tocante à aduzida impugnação. Todavia, verifica-se que a Secretaria de Iluminação Pública já realizou a sua decisão, embasado pela manifestação expressa de agente público desta municipalidade.

A esse respeito, reitera-se que incumbe à Procuradoria Geral do Município o pronunciamento jurídico e a supervisão dos serviços jurídicos da administração direta e indireta no Município de Maricá, conforme aduzido pelo artigo 142 da Lei Orgânica do Município de Maricá, de modo que o seu parecer é orientador e opinativo com vistas a subsidiar a decisão do gestor, o que – nesse caso – já restou por evidenciado no curso do parecer que procedeu a análise do instrumento convocatório, **o qual nos reportamos.**

De todo modo, a título de auxílio, e no que tange à exigência de patente nas especificações do objeto licitado, há de se verificar que os precedentes colacionados pela Secretaria em fls. 09/11 abordam sobre a nulidade de processos de inexigibilidade para objetos que possuam patentes, o que viola o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a qual estabelece como a regra do ordenamento a prévia realização de licitação. Entretanto, os respectivos julgados não se amoldam plenamente à circunstância dos autos e ao aspecto alegado pela impugnante.

Por conseguinte, deverá ainda ser sopesada a manifestação de fl. 08, pois ainda que não se vislumbre a exclusividade na comercialização do produto patenteado a terceiros, a operação resultará em preços consideravelmente superiores, o que é suscetível a ocasionar reflexos na apresentação de propostas no curso da licitação e no princípio da competitividade.

Logo, parece-nos que a devida motivação do órgão consultante deve perpassar pela ponderação no tocante à imprescindibilidade ou não da exigência de patente na especificação do objeto. A esse respeito, reiteramos todo o exposto em pareceres e despachos constantes no processo administrativo de origem, no sentido de que: a) é vedada a realização de indicações ou favorecimentos, ainda que indiretos, a uma marca ou a um único fornecedor; b) são inadmitidas restrições ao caráter competitivo; c) a fase preparatória exige a motivação circunstanciada das condições do edital (art. 18, IX). Como se não bastasse, também já fora reiteradamente abodado que as exigências constantes na licitação são provenientes de uma adequada fase preparatória, norteadas pelo estudo técnico preliminar (artigo 18, §1º, da lei 14.133/21) que consubstancie as especificações técnicas.

Por todo exposto, verifica-se que as conclusões concernentes à matéria lastreiam-se em fundamentos de cunho técnico inerentes ao objeto os quais ultrapassam a verificação estritamente jurídica.

À Secretaria de Iluminação Pública,

  
**FABRÍCIO MONTEIRO PORTO**  
Procurador-Geral do Município